

## MANIFESTO DE GETÚLIO VARGAS AO POVO DE SÃO PAULO

Já decorreram dois meses de luta fratricida e inglória. São Paulo sangra-se nas suas energias e destrói as suas riquezas. Mais que ninguém, sabem os promotores e diretos responsáveis pela rebeldia que nenhum objetivo superior determinou o doloroso sacrifício imposto ao grande Estado e à Nação.

Dirijo-me ao povo laborioso de São Paulo. Quero mostrar-lhe a ilegitimidade do movimento em que o atiraram e as intenções subalternas dos seus falsos mentores.

Que bandeira desfraldaram e que pleiteiam ?

Sob o aspecto dos interesses gerais do país, reclamam a sua volta imediata ao regime constitucional. Motivo ideológico para uma revolução, este é inteiramente falho e inoportuno, porque o retorno da Nação à legalidade já fora iniciado, e com data prefixada. Com efeito: decretara-se o Código Eleitoral; marcara-se dia para a eleição dos constituintes; organizaram-se os tribunais eleitorais e suas secretarias; autorizaram-se as despesas necessárias, e adotaram-se todas as providências indispensáveis à execução rápida do alistamento. Diante disso, para alcançar o regime constitucional, só um procedimento se impunha aos **leaders** políticos: agremiarem suas hostes, prepararem seus eleitores e acorrerem ao alistamento, confiado à independência e à integridade da magistratura.

Sob o aspecto dos interesses civis de São Paulo, que pleiteiam ? A autonomia do Estado, o direito de governar-se por seus próprios filhos ? Mas tudo isso já estava alcançado. Governava-os um Interventor **civil e paulista**, um secretariado escolhido pela própria **Frente Única**, e dispunham, livremente, de uma força pública de elevado efetivo e notável eficiência bélica, sob comando autônomo. Para inteira segurança dessa situação, pediram, por último, novo comandante para a Região Militar e o afastamento de vários oficiais que tachavam de suspeitos à ordem estabelecida em São Paulo. Em tudo foram atendidos. Através de declarações verbais e escritas, os membros do governo paulista fizeram, pessoalmente ou por intermédio de seus delegados, ao Chefe do Governo, ao Ministro da Fazenda e ao General Góes Monteiro, reiteradas afirmações de seus desejos de cooperação, de solidariedade e protestos de paz com o Governo Federal. Nada mais tinham a reclamar nem reclamaram. Marcado o prazo para a Constituinte, as aspirações de ordem nacional estavam satisfeitas, e as de ordem local, implicitamente, já o estavam, com a formação de um governo civil e paulista, tão conforme à vontade de todos que, deflagrada a sedição, foi mantido integralmente. Não é só. O Governo da União não alimentava, como ainda não alimenta, quaisquer prevenções contra São Paulo. Quando viu abalada a economia do grande Estado, às portas de uma crise que se

avizinhava da bancarrota, procedeu como nenhum outro, a começar pelo do próprio Sr. Washington Luiz. Para salvar a riqueza de São Paulo e o patrimônio dos seus filhos, ameaçados pela retenção de um **stock** de café de cerca de 20 milhões de sacas, fruto das valorizações artificiais das administrações passadas, o Governo Federal lançou mão de recursos excepcionais e, diretamente primeiro, depois, por intermédio do Conselho Nacional do Café, incorporou à economia paulista nada menos de 1.200.000:000\$ !

Os benefícios prestados a São Paulo na ordem administrativa, também são assinalados. Comprimiram-se as despesas suntuárias dos orçamentos do Estado, e as administrações municipais, igualmente arrasadas pelo desperdício, com **deficits** alarmantes, sob controle de um departamento especial, foram corrigidas e saneadas, e quase todas já encerravam com saldos os exercícios financeiros. Criou-se uma aparelhagem apropriada com o fim de atender à circulação de sua rede bancária, paralisada, pelo excesso de **congelados** e imobilizações de toda natureza, o que ameaçava a estabilidade comercial do Estado, principal beneficiário e causa determinante da medida.

Se todos os motivos apontados e analisados improcedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo ? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de **revanche** contra o de 1930, visando a restaurar o passado, recuperar posições e reaver as prerrogativas que permitiam ser dilapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas de corrupção administrativa imagináveis. Mas, se tentaram articular um movimento generalizado e fulminante e esse movimento falhou, por falta de elementos decisivos e pela pronta reação de todo o país contra propósitos francamente reacionários mascarados numa falsa campanha constitucionalista, por que insistiram na luta ? Por que não depuseram as armas ? Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão ? Só duas alternativas lhes restam: ou ambicionam impor o predomínio de um Estado sobre todos os outros do Brasil, ou querem chegar ao separatismo. Cusia aceitar a evidência de semelhantes intenções, qualquer delas crime de lesa-Pátria, atentado aos próprios laços da fraternidade nacional.

Eis a que se reduzem os ideais dos pseudo-regeneradores, che-fes da sedição desencadeada em nome de São Paulo. O povo paulista deve, porém, procurar ver a situação real. Não lhe custará enxergar, então, entre os mais exaltados apóstolos improvisados de seus brios, os mesmos dominadores decaídos que lhe enxovalharam, impunemente, as tradições de pundonor e altivez.

Preconcebidamente, calculadamente, começaram por incitá-lo a vinditas de ofensas imaginárias e prepararam ambiente propício de excitação coletiva, tudo para que, chegando o momento, se servissem das raras e notáveis energias de São Paulo, atirando-as ao incêndio de uma guerra en-

tre irmãos, a benefício exclusivo de ambições e despeitos pessoais. Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelidos pela energia renovadora da Revolução triunfante em 1930.

No Brasil renascente, esta revolta constitui a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica, sustentáculo dos clãs familiares, cujos reprováveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos, feitos ao sabor dos apetites e segundo a conveniência dos poderosos do momento — processos que inutilizaram os esforços construtores de várias gerações de brasileiros. As prédicas e fórmulas palavrosas das chamadas **frentes únicas**, apenas, mascaravam o anseio de restabelecer, pela força material ou pela imposição de ajustes partidários, o predomínio perdido. Os elementos inadaptáveis ao novo estado de coisas, postos à margem da situação pela incoerência das atitudes e dubiedade de propósitos, congregaram-se, dominados pelo afã interesseiro de reconquistar a antiga ascendência, para se perpetuarem nas posições de mando. Explica-se assim a razão de suas exigências sucessivas e crescentes. Obtida uma concessão, logo pleiteavam outra e outra, julgando, talvez, o Governo fraco, quando era, somente, tolerante e apaziguador. Ninguém melhor que o General Flores da Cunha, mais de uma vez delegado das **frentes únicas**, pôde apreciar as disposições harmonizadoras do Governo Provisório e a sua atitude conciliatória ante as exigências intermináveis dos políticos.

Homem de honra, por isso mesmo, ao compreender quanto se tramara, oculta e escusamente, em nome do Rio Grande, que não fora ouvido, tomou ele a única atitude que a dignidade do próprio Rio Grande lhe impunha, reagindo contra a insídia premeditada e transformando a sua bravura e lealdade no anteparo invulnerável em que se apoiou a resistência da Nação, para enfrentar a torrente reacionária e anárquica.

O Governo Federal sente-se militarmente forte e prestigiado pela solidariedade do resto do país. Nesse transe decisivo, representando os princípios vitais da nacionalidade, Exército e Marinha, patrioticamente, atenderam ao apelo da Nação, ameaçada na sua estabilidade orgânica por mal inspiradas tendências de um regionalismo exaltado.

À Marinha coube a missão árdua e exaustiva de assegurar as vias de comunicação litorâneas, de fazer respeitada a nossa soberania marítima e manter o fechamento dos portos, impossibilitando aos rebeldes o contacto com o estrangeiro e, conseqüentemente, a aquisição de armas e aparelhos de guerra. O que representa de esforço, de abnegação, de tenacidade, de bravura, em suma, a vigilância ininterrupta e ativa das nossas unidades navais, nestes dois meses de luta, vencendo a carência de material envelhecido e gasto, enaltece e patenteia o valor da Armada Nacional.

Por sua vez, a espontaneidade com que as forças de terra se mobilizaram, a fim de atacar os rebeldes nos seus redutos, sobrepondo-se, pelos seus melhores elementos, à propaganda subterrânea e dissolvente dos empreiteiros de desordem, evidencia a alta e nítida compreensão dos deveres que lhes assistem, na defesa dos magnos interesses da Pátria. Combatendo intrepidamente, com admirável denodo e exemplar devotamento, o Exército está solidificando, nas agruras da luta, a sua estrutura técnica e moral. Força coesiva da Federação, esqueceu dissensões e rivalidades íntimas e permaneceu leal ao Governo, batendo-se para salvar o Brasil da preponderância de uma política nefasta, que poderia levá-lo ao desmembramento. Dos combates, a melhor escola do soldado, sairá rejuvenescido e homogêneo, pelas próprias imposições da guerra, que selecionam as vocações e competências militares. Os benefícios que lhe advirão dessa prova de resistência à desordem serão incalculáveis. Integrado na disciplina e no respeito hierárquico, afastar-se-á, naturalmente, das competições políticas, para se aperfeiçoar e cumprir a sua nobre e elevada missão de garantia da paz interna e da dignidade nacional.

Secundando as forças armadas, todo o resto do país, unificado por idênticos sentimentos de civismo, apressou-se a trazer ao Governo o valioso concurso dos seus contingentes militares, rapidamente improvisados, por tal forma espontâneos e abundantes, que excluiu, desde logo, a necessidade de convocar reservas, limitando a incorporação ao voluntariado.

Através desse movimento admirável da vontade nacional, reage o Brasil, coeso e consciente dos seus destinos, sobranceiro aos sacrifícios e ao choque das ambições sem freios, cada vez mais fortalecido na sua unidade e soberania.

São Paulo está isolado. Fracassaram todas as tentativas feitas para articular a sedição em outros Estados. Os exércitos federais fecham, cada dia mais, o cerco da sua ofensiva dentro do território paulista. E, precisamente, a realidade da situação não dizem os interessados em sacrificá-lo. Os destacamentos federais já ultrapassaram, no vale do Paraíba, as linhas de Piquete e Lorena; na frente mineira, penetraram até Amparo, ameaçando Campinas, e, ao Sul, estão às portas de Itapetininga. Toda resistência contrária à ordem ideal da República Nova, visando à nacionalidade, continuará inútil e não impedirá que, dentro de poucos dias, avançando por dever, as tropas legais ocupem novas posições, decisivas para a última fase da luta. Apesar, entretanto, de qualquer preponderância militar incontestável, o Governo Federal, longe de pretender aniquilar ou humilhar São Paulo, aspira, com todos os Estados da União, trazê-lo de novo ao convívio da comunhão nacional.

Pessoalmente, como Chefe do Governo, não me animam, na luta que nos foi imposta, paixões ou propósitos vingativos. A frente do Governo Provisório, instituído pela Revolução de 1930, não defendo posições

mas o patrimônio ideológico do irresistível movimento contra o qual se levanta o reacionarismo em armas, tentando galgar o poder sob o pretexto de um falso programa constitucionalista, condenado pela opinião pública, segundo proclamavam os próprios agitadores que se fazem, agora, seus arautos e paladinos.

Quando candidato da Aliança Liberal, para salvaguardar a paz da Nação, momento houve em que cheguei a oferecer a desistência da minha candidatura em troca da realização do programa mínimo das reivindicações pleiteadas: anistia e reforma eleitoral. Encontrada uma resistência impermeável a toda idéia generosa, decidiu-se, então, pela luta armada, o dissídio irremediável aberto entre a Nação e os seus governantes. Desencadeou-se o movimento nacional, cujo Governo me coube chefiar, sobranceiro aos embates políticos. Hoje, no exercício de tão alto posto nacional, diante de uma reação rebelde, que apresenta, como razão precípua, a volta rápida do país ao regime constitucional, aspiração a realizar-se, pelas oportunas determinações do Governo, a breve termo, não hesitei, a fim de assegurar a pacificação da família brasileira, em oferecer uma Constituição imediata, a vigorar provisoriamente até que a futura Constituinte promulgasse o definitivo estatuto político do país. Pois bem, os **pseudoconstitucionalistas** recusaram a solução pacífica que se lhes oferecia, preferindo insistir na luta inglória e impatriótica, provocada e assistida sem símile nos anais da nacionalidade. Semelhante recusa equivale a confessar tacitamente que o objetivo do movimento não é implantar a Constituição e sim outro, oculto, disfarçado — a posse do poder.

O sangue generoso dos brasileiros continua a correr, imolado aos propósitos dos homens que, falando em ideal, a ele não quiseram submeter-se, fazendo questão de permanecer nas posições que ocupam depois de haverem traído a confiança de quem lhas entregou. O Governo Provisório tem dado abundantes provas de suas disposições pacíficas. Nunca se negou a ouvir os apelos de paz. Forte porém generoso, aos intermediários que lhe pediram condições, declarou sempre, com franqueza, que, depostas as armas pelos rebeldes, além da concessão de uma Constituição provisória e da manutenção de um governo civil e paulista, ao nível da cultura e das aspirações do Estado, a todos trataria com benignidade, de sorte que ninguém sofresse constrangimento e os brasileiros, sem exceções, voltassem a viver fraternalmente, num ambiente de ordem e segurança. Os chefes da revolta, civis ou militares, por ela responsáveis, preferiram sempre, à realização dos apregoados imperativos do movimento, manter-se no poder que haviam desonrado pela felonía e traição.

A única preocupação orientadora desta atitude serena e conciliatória consiste em evitar o derramamento do sangue de irmãos e os sacrifícios materiais exigidos pela luta armada. Toda política financeira de severa poupança, estabelecida pelo Governo Provisório, ficou ameaçada pela

rebelião. Ela consumirá, também, a fortuna particular e lavrará profundas cicatrizes na alma da nacionalidade.

Contrasta com essa maneira patriótica e superior de encarar os acontecimentos a duplicidade de atitudes dos chefes sediciosos — duplicidade que bem demonstra a fé púnica com que corresponderam à confiança neles depositada. Enquanto recebiam e enviavam emissários de paz, autorizavam outros a agir junto aos elementos de prestígio solidários com o Governo Federal, tentando desviá-los do caminho do dever, mediante promessas falazes e, até, ofertas de lhes entregar o Governo do país, como se este estivesse a leilão. Com gente de tal estofo moral, não é mais possível entendimento. Os processos de insídia e fraude, de que se têm utilizado, não cabe descrevê-los, aqui, em suas minúcias. Para preparar a luta e sustentá-la, todos os meios de felonias e corrupção foram esgotados. A propaganda pela imprensa e pelo rádio, visando a impressionar e captar simpatias, obedece ao critério da mentira sistemática e da exaltação demagógica. Esquecidos de que o meio apropriado para conseguir a harmonia nacional consiste, sobretudo, em trabalhar pela ordem, negando apoio aos que a perturbam, audaciosamente instituíram, sob novos moldes, a ofensiva da paz com caráter francamente derrotista, à retaguarda dos nossos Exércitos, com o fito, apenas, de enfraquecer sua eficiência bélica e diminuir seu ardor combativo. Para movimentar a manter tão impatriótica campanha, o desperdício do dinheiro de São Paulo, suor do seu povo laborioso e honesto, vai aos extremos do suborno e da compra de consciências, a ponto de tornar suspeita toda e qualquer solidariedade manifestada fora das fronteiras paulistas. Mercantilizou-se tudo, inclusive as convicções. Este movimento, inspirado em propósitos reprováveis, com o caráter de uma contra-revolução, havia, fatalmente, de fracassar. Não pode vencer quem, para fazer vingar objetivos escusos, não hesita em ameaçar a própria unidade da Pátria.

Mas, felizmente, ainda, a sedição, não partiu do povo varonil, ordeiro e honesto de São Paulo. Audaz sindicato político-militar usurpou-lhe a vontade, jogando o Estado numa aventura sinistra e, receoso de receber, pelo ludíbrio praticado, o merecido e inevitável castigo, tudo fará, agora, para lhe ocultar a verdade. O Governo Federal não considera o povo paulista culpado. Ele é, apenas, a maior vítima. Os verdadeiros responsáveis não de encontrar nele, à hora precisa, o juiz inflexível, capaz de ditar e executar a sentença que lhe terá de ser imposta.

São Paulo, iludido na sua boa-fé, ludibriado, arrastado à ruína e à perda de vidas preciosas, precisa e deve reagir em defesa dos seus sagrados interesses, para evitar maiores e irreparáveis males, erguendo-se e opondo-se à sanha dos seus algozes, que não trepidaram em atirar à morte as novas gerações bandeirantes, em enlutar e reduzir à miséria lares onde imperava a alegria e reinava a abundância.

Do Governo Federal não receie o laborioso povo paulista qualquer ato de humilhação e hostilidade. Como até aqui, ele continuará a proceder sobranceiro a ódios e com alto espírito de magnanimidade. O seu poder de assistência, mesmo no decorrer da luta, far-se-á sentir, acolhendo fraternalmente aqueles que abandonarem as armas e não permitindo que as populações pacíficas sofram as vicissitudes comuns à guerra. Ainda agora, informado da escassez de trigo em São Paulo e da conseqüente falta de pão, está disposto o Governo a autorizar a remessa do **stock** desse cereal existente, nesta Capital, que lhe era destinado. O povo paulista não sofrerá necessidades.

O Governo Provisório tudo facilitará para que os gêneros de alimentação lhe não faltem.

Os embates da luta fratricida vão-se tornando cada dia mais ásperos e de maiores sacrifícios. É tempo ainda de São Paulo recuperar a posse de si mesmo sem consentir no desbarato das suas fontes de vida e das suas riquezas, acumuladas em séculos de trabalho fecundo e modelar. Retorne, pois, às lides pacíficas e ao convívio fraternal dos demais Estados, que sempre se orgulharam do seu progresso e civilização !

\*

## AS RAZÕES DE MINHA ATITUDE

( Manifesto do Coronel Herculano de Carvalho, comandante da  
Força Pública de São Paulo )

Desde que as circunstâncias imperiosas me obrigaram a uma iniciativa de todos conhecida e, posteriormente, a assumir o Governo militar de São Paulo, concertei comigo mesmo, tão logo me fosse dado vagar, dirigir-me ao nobre e altivo povo bandeirante, numa exposição simples e franca dos motivos que me levaram a ambos os atos.

Razões de ordem moral e material, quais as decorrentes de uma brusca transição na vida do Estado e na minha vida de militar, impediam-me, até hoje, de dar satisfação daquele desejo, cada vez mais crescente, ante juízos precipitados ou **comentários perversos ou propositados** com que se pretendia desvirtuar a minha conduta. É chegado o momento.

Assegurada a ordem pública, seriamente ameaçada por elementos extremistas, como adiante se verá, garantido o funcionamento normal das várias secretarias e repartições estaduais e municipais, com a simples substituição dos titulares mais graduados, chefes de serviço e, finalmente, entregue o Governo militar do Estado a quem foi determinado, o general

Valdomiro de Castilho Lima, já posso coordenar idéias para expor aos meus irmãos de São Paulo as razões da minha atitude.

Não vou escusar-me e, muito menos, acusar a quem quer que seja. Limitar-me-ei a citar os fatos, tais como se passaram, aduzindo provas do que afirmar, não todas e nem tudo, mas as necessárias para que o heróico povo bandeirante possa formar critério exato do que, involuntariamente, lhe foi causa do maior dos desesperos.

Que me julguem os homens sensatos de São Paulo, aqueles que ainda não têm embotado o sentimento de fraternidade, de humanidade, de justiça. Curvar-me-ei ao seu **verdictum**, na certeza de que um povo que se soube portar com tanta inteireza de ânimo numa campanha por demais árdua e absorvente, há de fazer justiça àquele que pôs de parte a pequena tranquilidade de espírito que lhe restava, e a própria segurança pessoal, para assumir uma atitude desassombrada e vir defender toda a construção de uma cidade maravilhosa e toda a segurança de uma população já bastante martirizada.

Quando a 3 de julho, reunidos os comandantes de unidades da Força Pública no gabinete do meu antecessor, o então coronel Júlio Marcondes Salgado, por ele fomos oficialmente inteirados do movimento constitucionalista, a irromper no dia seguinte. Dos seus lábios ouvi que a Força Pública de São Paulo se limitava a manter a ordem, de prontidão nos quartéis e obediente ao Governo do Estado. Às unidades do Exército, aquarteladas no Estado, é que competia a ação, secundada por outras, em diversos pontos do País, principalmente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, aliados de São Paulo na chamada **Frente Única**.

Dada a extensão do movimento — assegurou-nos o nosso malogrado comandante — o Governo Provisório resignaria dentro de 48 horas, sem que se derramasse sequer uma gota de sangue.

A despeito de tais declarações categóricas, ainda bem vivas na lembrança dos que as ouviram, dois dias depois tivemos ordens de deixar os quartéis e concentrar-nos em Mogi das Cruzes, já na expectativa de proseguirmos viagem até defrontar o adversário.

( ... )

Qual a minha atitude? Como paulista e brasileiro, eu não aprovava o movimento, uma vez ideado, no dizer de muitos dos meus camaradas, para repor, na posição de mando, velhos políticos profissionais. Como soldado, pus-me à frente de minha tropa e parti, cômico do meu dever de militar. Nem a mais leve queixa me aflorou aos lábios, ao contrário do que sucedeu a vários companheiros, alguns imediatamente presos, por se recusarem a seguir, e outros que exteriorizaram o seu protesto. Não obstante, estávamos em atitude de expectativa, quando surgiu uma nova concepção de plano, segundo a qual a vitória seria garantida sem um único dis-

paro de fuzil: as tropas paulistas formariam alas à passagem das de Mato Grosso, vanguardas das guarnições do Rio Grande do Sul tinham no seu flanco esquerdo as de Minas Gerais; **tratava-se, pois, de uma simples parada militar, mera marcha triunfal até o Rio de Janeiro.**

Pura ilusão ! Desde logo se nos apresentou a realidade de uma resistência armada das tropas federais, a barrar-nos, nas fronteiras do Estado, a passagem para a Capital da República. Daí o novo plano: enquanto as hostes constitucionalistas permaneciam inativas, promovia-se a ida de emissários, para tratar, com amigos comuns, da renúncia do Governo Provisório, a fim de evitar-se grande derramamento de sangue. Foi, então, que me atiraram ao Túnel, naquele inferno que, dia a dia, menos se saciava de vidas preciosas, onde, entretanto, nunca me passou pela idéia rebelar-me contra situação diferente da que nos foi assegurada. Antes, com o surto maravilhoso da Revolução Constitucionalista — o engrossar dos seus exércitos pela mocidade pujante de minha terra; o desdobrar de todas as atividades em prol da sacrossanta causa, também eu, já descrente de várias campanhas com ideal político, também eu fui tomado do maior entusiasmo, e acreditei triunfasse a Revolução, porque era do povo e para o povo. Não descreverei, aqui, o que foi a luta naquele lendário Túnel. A imprensa já ali esteve; dali se retiraram inúmeros soldados, que já disseram do que tenha sido a guerra naquele ponto norte do nosso Estado, e dali, principalmente, provém o luto para muitos dos nossos lares.

### **No comando geral da Força Pública**

Ali permanecia, no meu posto de honra, já identificado com o movimento de 9 de Julho, quando o falecimento do General Marcondes Salgado foi colher-me, entre pesaroso e surpreso, para assumir o comando Geral da Força Pública. Nunca ambicionei o encargo de tanta responsabilidade e sacrifício, e para o qual decididamente, em tempo de paz não tive propensão. Todavia, aceitei-o, e dias depois, consolidadas de vez as nossas posições no Túnel, entregue o comando do setor ao meu valoroso substituto, tenente-coronel Teófilo Ramos, tornei a São Paulo e assumi a direção da Força Pública.

O meu primeiro ato, ao depois de investido no comando, foi reunir os camaradas presentes em São Paulo, contar-lhes das razões que me levaram àquele gesto e pedir-lhes esquecessem antigos ressentimentos, se os tivessem, e me facilitassem, com o seu poderoso auxílio, levar a bom termo a nova missão. Deles tive a segurança do apoio, que nunca me faltou, mesmo nesta hora de dúvidas e incertezas, em que se pretende desvirtuar a retidão da minha conduta.

Pus-me, logo, em entendimento com o chefe supremo das Forças Constitucionalistas. Acompanhava, então, de perto, a marcha das ope-

rações em todos os setores, e mais se me radicava no espírito a certeza de que o infernal Túnel ainda era menos impiedoso e desolador que o comando geral da Força Pública nesse período de atribuições.

Uma, duas semanas passadas, em contato direto com todos que tiveram a iniciativa da Revolução; com as associações de classes e outras entidades, que não mediam esforços nem sacrifícios para levar a bom termo o grandioso movimento; e com a mocidade bandeirante e a população de São Paulo, aquela a pedir armas para seguir e esta a despojar-se de tudo para cooperar na vitória final, confrangia-me o coração ao verificar que tanto despreendimento não tinha a sua justa correspondência com as operações de guerra.

Até então, os redutos mais combatidos eram do setor norte, onde o adversário concentrara o grosso dos seus exércitos e, nós, os mais aguerridos soldados da nossa milícia, contingentes do Exército experimentados nas lides guerreiras, valorosas tropas irregulares.

Os demais setores — e extensos eram todos — ainda não haviam experimentado as armas contrárias, a não ser o do sul, já em início de franca atividade.

### **Superioridade de homens e armamentos**

Dia a dia, a despeito dos desmentidos que não queriam ver, nem queriam ouvir, mais numerosas se tomavam as hostes adversárias, mais bem armadas e municadas, com reserva para substituir as tropas cansadas e contingentes para atirar a outros pontos das nossas extensas fronteiras, tais as que confinam com território mineiro e paranaense. Não vem ao caso aqui lembrar o insucesso das nossas armas na frente de Itararé, Buri e Eleutério, nem as vitórias que conseguimos em outros pontos dessas mesmas fronteiras, graças, principalmente, ao denodo de diversos comandantes entre os quais é justo distinguir os tenentes-coronéis Romão Gomes, Vergílio Ribeiro dos Santos e Arlindo de Oliveira. Entretanto, o que não me furto, nesta exposição sincera ao povo paulista, é de estabelecer ligeiro cotejo entre os seus e os nossos homens, as suas e as nossas armas.

Qual o efetivo adversário e qual o nosso ?

Difícil estabelecer-se o primeiro, de setor em setor, dia a dia aumentado por contingentes vindos de todas as partes do Brasil, gente aguerrida, tropa quase toda regular, já provada em várias campanhas. E o nosso ?

A contar-se pela quantidade de fuzis e Winchester, não ia além de trinta e cinco mil homens. Nota-se que nem todos os fuzis tinham funcionamento perfeito, garantido, e boa parte era descalibrada.

Malgrado essa inferioridade de homens e armamentos, o denodo, o ânimo alevantado, a vontade de vencer de quase toda a nossa tropa, regular e irregular, procuravam estabelecer um possível equilíbrio. Isto nos primeiros trinta dias de operações, quando todos confiavam no advento de um destes três fatores estranhos à luta, que já ensangüentava o solo paulista:

1º) o planejado golpe de Estado na Capital da República;

2º) o levante, em peso, do Rio Grande do Sul, e de Minas Gerais, afora levantes parciais em outros Estados;

3º) a vinda de armamentos e munição do estrangeiro. Afora isso, a adesão da Marinha e o reconhecimento do estado de beligerância.

### **Armamento e munição**

Mais ou menos em fins de julho, o ex-Secretário da Fazenda, em carta que me dirigia e em repetidas palestras em palácio, comunicava-me estar em entendimento com firmas estrangeiras, a fim de adquirir o indispensável armamento para vencermos a guerra.

Rejubilei-me, de coração aberto, ante nova tão promissora, porquanto poderíamos duplicar, talvez triplicar, os homens já em campanha.

Passaram-se dias, semanas, meses, e daquele fabuloso armamento, e daquela copiosa munição nunca mais tive notícias. Verdade é que aqui chegaram alguns aviões, naturalmente, porque o espaço lhes era livre, e não necessitavam quer das águas do Atlântico, quer das do Paraná, cujo leite em meio da luta já nos era vedado.

Para corrigir a deficiência de armamento e munição, nos campos de batalha, os soldados da lei operavam maravilhas, enquanto na Capital se improvisavam armas de guerra e munição, à custa, sabe Deus, de quanto sacrifício, de quantas vítimas imoladas nas experiências.

Por que não se adquiriu de pronto esse armazenamento e essa munição, quando as fronteiras do sul do Estado e o nosso principal porto ainda nos estavam franqueados? Dizem que na esperança de mais dia, menos dia, acudiriam em nosso auxílio, bem armados e municidados, os nossos irmãos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

### **A ação da imprensa e do rádio**

Nesse passo, justamente, é que se fez sentir, contrária à verdade dos fatos, a ação da imprensa e do rádio. Os nossos jornais, quase todos, no louvável intuito de animar a população e, principalmente, os que se encontravam no campo da luta, davam crédito ao que se lhes insinuava ou

fantasiava, de fonte oficial ou meramente informativa, quem sabe se até de origem tendenciosa.

Repetia-se, mais uma vez, e agora em grandes proporções, fato que se verificara nas campanhas de 24 e 30, e até na Grande Guerra, ao que nos informaram oficiais que nela tomaram parte. Para coibir-se-lhe tais sucessos, já previstos no início do movimento, criou-se um **Departamento de Publicidade**, incumbido de fornecer o noticiário das operações aos jornais e às estações radiotransmissoras, e censurar as notícias que os próprios jornais colhessem.

Exerceu eficientemente a sua missão o Departamento de Publicidade ? Os fatos demonstram o contrário.

Não obstante, talvez não lhe caiba tanta culpa, como raciocinando bem, culpa também não cabe à imprensa, vítima como todos, do inimigo comum desta campanha — aquele que não queria acreditar na evidência dos fatos e timbrava em transmitir a outrem a alucinação de que era possuído. Assim foi, e assim será sempre neste nosso País, cheio de visionários e cheio de utopistas.

Como se criavam tais fantasias ? — Ignoro. O que é certo, no entanto, é que os nossos diários davam curso às mais animadoras notícias, lidas e comentadas com grande eloquência nos microfones dos rádios, e sofregamente absorvidas por todos quantos ansiavam pelo término da luta com a nossa vitória final.

A ilusão era tão perfeita, tão verossímeis, tão necessárias as notícias, que no próprio palácio do Governo lhes davam crédito, como se, de fato, correspondessem à verdade.

### **Ainda a munição**

( ... )

Não me furto, numa última análise, a este fator preponderante do nosso desastre militar, a um fato que se verificava no setor norte. Não lhe dei crédito, a princípio, tão inverossímil, tão impossível, me parecera. Só mesmo com a afirmativa insuspeita de alguns oficiais pude acreditar na sua veracidade.

Por falta de munição, que insignificante era a quantidade produzida por nossas fábricas, imaginaram os soldados constitucionistas algo que a substituísse, ainda na aparência: mandaram construir, nas oficinas da Rede Sul-Mineira, em Cruzeiro, uma espécie de matraca. Sacudida com pulso vigoroso, dava a impressão de tiros de fuzis e metralhadoras.

O mesmo feito obtinham de motocicletas, postas em funcionamento.

Comoveu-me a narração do fato. Espantou-me o heroísmo nunca visto, sem exemplo na história dos povos. E, voltado a mim do espanto e da comoção, fui presa de um sentimento de revolta, de incontida indignação. Aquilo já não era humano. Já não era despreendimento: raiava pela loucura.

Um crime continuar-se a luta daquele modo. Um crime permitir-se que aqueles moços se expusessem às balas adversárias, aos *shrapnels*, às granadas, ao metralhar dos aviões, e tivessem como armas de defesa, instrumentos que não o eram, na persuasão de iludir o adversário quando, na verdade, procuravam iludir-se a si mesmos.

### O apoio do Rio Grande, Minas e Rio de Janeiro

Noticiavam os jornais levantes no sul e em Minas. Tão grande lhes era o alcance que, em se tornando conhecidos, já estaria terminada a guerra com a vitória da nossa causa. De quanto eram infundadas tais notícias basta saber-se do exílio a que foram condenados os próceres rio-grandenses Drs. Raul Pila e Lindolfo Collor, e da prisão dos Drs. Borges de Medeiros e Artur Bernardes.

Pessoas vindas, na ocasião, do Rio de Janeiro, já deram circunstanciadas notícias de que o planejado golpe de Estado abortou, mercê de severas medidas policiais.

Não é possível concluir que contra nós se voltaram todas as armas, todos os recursos com que contávamos ao iniciar-se o movimento, mesmo porque seria rematada loucura imaginar-se que, mal preparado, como se achava, isolado do resto do mundo, São Paulo pudesse levantar-se contra todo o Brasil e vencê-lo.

### Desastre de Eleutério

Da marcha dos acontecimentos militares, desde a retirada de Itararé, de Faxina, de Buri, à linha do Paranapanema, e da impossibilidade militar de sustentar-se a linha defensiva, da frente mineira, em virtude da diminuta guarnição, era informado o Governo do Estado e o próprio general Klinger. Certifiquei-me, minuciosamente, da exata situação da frente leste que, rompida pelo adversário — o que era fácil — havia de trazer fatalmente o fracasso das operações, pois de nada valeria manter-se com firmeza as frentes norte e sul.

Todos os cuidados do nosso E.M. se voltavam para Eleutério, mas, à falta de munição e recursos de homens armados, provocaram a sua queda, aliás prognosticada, em tempo, ao Governo do Estado, que não lhe dava crédito.

A linha defensiva do Camanducaia, Jaguari e Atibaia seria irrisória, uma vez abandonadas as serras do leste. E a grande brecha para o oeste e sul estaria aberta às hostes contrárias, obrigando-nos a dividir a coluna ali operante a um retraimento sobre a Casa Branca e a Camanducaia.

Foi objetado, então, que emissários do Governo vindos de Minas, haviam assegurado que as tropas mineiras manteriam uma atitude de não-hostilidade dentro das suas próprias fronteiras, o que em parte era confirmado por oficiais mineiros aos paulistas que os defrontavam. Eis que, de repente, quando menos se espera, a coluna do general Jorge Pinheiro rompe a ofensiva sobre uma linha insignificante que mantínhamos, por falta de elementos recusados em ocasião oportuna, sob o pretexto de que não convinha enfraquecer as outras frentes. Como consequência, a ruptura da frente leste mineira.

A partir desse momento, nenhuma outra esperança de resistência se nos apresentava. Os retraimentos subseqüentes foram impostos por uma situação militar de fato, a que nenhum crítico militar poderá opor a menor contestação.

( ... )

### **A Coluna Romão Gomes**

As operações da frente leste, a partir da queda de Eleutério, tiveram a assistência do E.M. do general Klinger e do seu chefe, o bravo coronel Osvaldo Vilabela, que acompanhou de perto as necessidades desse setor.

Com a tomada de Carlos Gomes, resolvi chamá-lo, e com ele concertar o retraimento da coluna Romão Gomes, a fim de tentarmos, com a tropa que ainda conservava o ânimo dos primeiros dias, sustentar Campinas, por mais algum tempo. Seria uma derradeira tentativa para permitir que um dos três fatores apontados, com segurança, sempre prometidos pelo Governo, se manifestasse. Todos nós já estávamos convictos de que, pelas armas, era impossível vencermos, e que a queda de Campinas prenunciava a nossa derrota e o esmagamento de São Paulo. Cortada já a nossa comunicação pela Mojiana, estávamos em risco de perder a Paulista e a Sorocabana, e ficar sitiados em São Paulo, a lutar desesperadamente contra tudo e contra todos, até com a falta de víveres.

Foi, então, que, a 25 de setembro, recebi do subchefe da Força Pública, tenente-coronel Euclides Machado, oficial dos mais acatados e ponderados, a seguinte carta:

“Prezado amigo e senhor comandante Herculano de Carvalho e Silva.

É esta para comunicar-lhe que acabo de vir da residência do Sr. Dr. Plínio Barreto, onde fui ter espontaneamente, e com quem conferen-

ciei sobre a possibilidade de um entendimento com o Governo Provisório para a cessação da luta, sem que disso resultasse qualquer deslustre para a honra de São Paulo. Depois de fazê-lo ciente da realidade da situação das nossas tropas, angustiada sob todos os pontos de vista, pela deficiência de material bélico e pela falta do prometido concurso de Minas e Rio Grande, sem que S.S. se mostrasse surpreso, por ele soube que as notícias dos jornais sobre levantes nesses Estados não tinham o alcance que se lhes dava.

Inteiramente favorável a um acordo, o Dr. Plínio Barreto adiantou-me já havia um emissário na Capital da República para tratar do assunto, propondo as seguintes bases: a entrega do Governo da União ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e o dos Estados aos respectivos Ministros-Presidentes. Disse-me estar convicto de que esta proposta não seria aceita, mas que daria margem a uma contraproposta, base inicial para a cessação das hostilidades. Acrescentou, ainda, que o Governo do Estado não tem o direito de martirizar os sete milhões de habitantes por uma simples questão de amor-próprio.

O Dr. Plínio Barreto ficou de procurar os membros do Governo para conferenciar a respeito e amanhã irei de novo procurá-lo, a fim de saber o resultado das **démarches**. Estou confiante da sua ação desinteressada e patriótica, mesmo porque se trata de um paulista de grande envergadura moral e que não quer a ruína de São Paulo. Atenciosas saudações.”

A despeito de interessar-me sobremodo o assunto, não tomei iniciativa alguma e esperei o prosseguimento das operações militares naquela última tentativa e a patriótica intervenção do ilustre paulista, Dr. Plínio Barreto. Que outrem resolvesse ou procurasse o meio de resolver aquela situação, já que o Governo não queria chamar a si um entendimento honroso, enquanto era tempo e de que não adviriam forçosamente os benefícios dessa iniciativa.

No dia seguinte, alta hora da madrugada, recebi um telegrama de São Paulo, em que me comunicavam que o valoroso oficial do Exército Brasileiro, coronel Alexandrino Gaia, do setor do norte, com insistência, me pedia fosse a São Paulo e lhe marcasse hora para nos encontrarmos. Assunto urgente. Pedi-lhe que viesse a Campinas, porquanto não me era possível abandonar, ainda que por horas, o meu posto de comando.

Efetivamente o coronel Alexandrino Gaia ali comparecia a 27, como representante de vários comandantes de unidades do Exército e expunha a razão de sua viagem, consubstanciada na ata aqui transcrita:

“Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e dois, às nove e meia horas, numa das salas do P.C. de Destacamento em Campinas, situado no prédio do ex-Campinas Hotel, convocados pelo coronel Herculano de Carvalho e Silva, comandante geral da Força Pública do Estado, compareceram os seguintes oficiais: coronéis Herculano de

Carvalho e Silva, Eduardo Lejeune e Alexandre Gama, tenentes-coronéis Alexandrino Gaia, Patrício Batista da Luz, Luís de Faria e Sousa, Virgílio Ribeiro dos Santos, Romão Gomes e Macário Rangel e Major José da Silva.

O coronel Herculano de Carvalho e Silva, fazendo uso da palavra, apresentou o valoroso oficial do Exército Brasileiro, comandante de um dos setores do vale do Paraíba, para expor a situação militar daquela frente e a sua projeção sobre os demais setores da luta. O referido oficial demonstrou à evidência que **vários fatores de ordem moral e material tornavam insustentável a manutenção das posições e a continuação da guerra no vale do Paraíba, sendo inevitável o recuo progressivo dos elementos que ali combatem, desde o início das hostilidades.** Assim pensavam os oficiais que com ele cooperaram, do Exército e da Força Pública, unânimes em reconhecer o sacrifício imenso a que seriam expostos os habitantes das cidades e vilas sujeitas aos horrores da luta.

A continuação da resistência corresponderia à destruição completa da próspera e rica região ocupada pelas tropas.

**A única medida que viam para a solução desse complexo problema era a proposta de um armistício para a cessação imediata da luta.** E no momento, dada ainda a situação de relativa consistência dos nossos elementos, poderíamos negociar um acordo em que ficassem ressalvados dois pontos importantíssimos para o bom nome e prestígio dos que se achavam à testa do movimento: **A dignidade militar e garantia dos interesses múltiplos de ordem política e econômica do Estado e da Nação.**

O coronel Herculano passou a ler, a seguir, as cartas de apoio para essa iniciativa recebidas dos seguintes comandantes de tropas da Força Pública que operam naquela região: tenentes-coronéis Otaviano Gonçalves de Oliveira, Teófilo Ramos e Antônio Inojosa e major Benedito Ferreira de Sousa.

Assim inteirados da exata situação daquele setor, fizeram uso da palavra diversos comandantes, acordando todos, sem uma única exceção, **que o que se passava no vale do Paraíba não era um fenômeno local e sim geral,** pois nos demais setores a contingência era a mesma, resolvendo que, **diante da impossibilidade da vitória pelas armas era um dever patriótico cessar imediatamente a luta** para evitar novos e pesados sacrifícios ao Estado e ao País, deliberando: 1º) Ficava o coronel Herculano de Carvalho e Silva apoiado pelas forças do Exército e da Força Pública, indicado para entrar em entendimento imediato com as autoridades militares e civis, estaduais e federais, **para a cessação da luta:** 2º) No caso de encontrar resistência por parte de qualquer desses elementos, ficava igualmente autorizado a agir como supremo representante das Forças Armadas, concertando com o adversário o acordo almejado. 3º) Que lhe fossem cientificados dessa deliberação os camaradas do setor do sul. 4º) Que as providências necessárias para o início das negociações tivessem execução imediata.

Para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada, ficando o original em poder do coronel Herculano de Carvalho e Silva, e uma cópia, devidamente autenticada, no arquivo do comando do destacamento. Eu, servindo de escrivão, a datilografei etc. Seguem-se as assinaturas”.

( ... )

Tido e havido pelo Governo do Estado como principal causador de tudo, pensaram alguns dos seus membros em remediar o mal, alijando-me do comando do Destacamento de Campinas. Bendisse aos céus essa medida tão providencial, que também iria aliviar-me “da cruz sob cujo peso cairia esmagado”, na acertada expressão do coronel Saturnino de Paiva.

Cuidaram logo de substituir-me pelo tenente-coronel Romão Gomes, oficial dos mais competentes para a espinhosa missão.

Para isso, preliminarmente, efetivaram-no no posto de tenente-coronel que estava comissionado e, por portaria especial, **à completa revelia do comando-chefe das Forças Constitucionalistas e da Força Pública**, deram-lhe o comando daquele destacamento. Para que não se recusasse, uma comissão foi procurá-lo em Campinas e entregar-lhe, de mão própria, o documento de nomeação. Quanto a mim, ao que me informaram, estava reservada a mais negra das sortes: preso por traidor. Serenamente aguardei o desenrolar dos acontecimentos. No dia seguinte, o comandante Romão Gomes compareceu a Palácio para declinar do convite, mesmo porque, na sua própria expressão, várias vezes repetida, **impossível se tornava continuar a luta**.

Enquanto isso, a ordem pública em São Paulo estava seriamente ameaçada por um grande surto comunista e conseqüente saque, um e outro iminentemente possíveis, dado o momento de confusão estabelecido pelas notícias do armistício e libertação dos presos correccionais, políticos e militares, ordenadas, ao que dizem, pela 2ª Região Militar e pela planejada deposição do Governo por parte dos políticos e militares recambiados à liberdade, os quais num movimento de contra-revolução, tentaram ocupar algumas repartições públicas, estações ferroviárias e o campo de Marte.

Graças às enérgicas medidas adotadas por este comando, em combinação com a Polícia Civil e a Região Militar, não lograram realizar seu intento.

### Antecedentes do armistício

Espontâneos e unânimes eram os votos dos Comandantes de tropas da Força e de várias e altas patentes do Exército para a cessação da luta que, de minuto a minuto, mais se nos tornava desfavorável, acarretan-

do o sacrifício inútil de vidas e propriedades e bombardeio de cidades abertas, o êxodo das famílias, a ruína, a miséria dos lares.

Urgia, pois, medida enérgica para dar-se paradeiro a tanto flagelo. Como não havia tempo a perder, de Campinas, rumei para Guaratinguetá, em companhia do coronel Alexandrino Gaia, onde procurei o coronel Euclides de Figueiredo, a quem expus a razão da minha visita.

Mostrou-se ele bastante surpreso, ante o que se lhe revelara e, de princípio, negou o seu apoio. Pouco depois, por sugestão do coronel Palimércio de Resende, seu chefe do E.M., concordou que se convocasse uma reunião de todos os chefes militares e membros do Governo, a fim de que este ficasse perfeitamente inteirado da verdadeira situação militar.

Para isso desejava ouvir a opinião do general Klinger. No dia seguinte, alta hora da madrugada, é procurado pelo coronel Alexandrino Gaia com o convite de seguir para Guaratinguetá, e lá resolver-se a proposta do coronel Palimércio de Resende.

Atendido pelo coronel Vilabela, o coronel Gaia expôs-lhe a razão de sua visita àquela hora. O chefe supremo das tropas constitucionalistas ao invés de atender ao convite, no dia seguinte, deliberadamente tomou a iniciativa de promover o armistício.

Enviou-me, então, o seguinte ofício, a 28 de setembro:

“Junto vos envio a cópia do telegrama circular enviado aos comandantes do Destacamento: Circular — Iminência propor este comando ao adversário um armistício para ser assentada cessação da guerra, visto ser, por falta de meios, baldada continuação sacrifícios. Recomendando penseis nas medidas de ordem necessárias vosso setor por forma não ser quebrada conduta elevada, não desonrar inestimável contribuição vosso setor ofereceu enquanto possível, de armas na mão. (a) General Klinger.”

### O Governo não estava alheio aos acontecimentos

Para melhor compreensão do que se segue transcrevo, aqui, parte do boletim assinado pelo general Klinger, já dado à estampa:

“Para completar o importante esclarecimento, convém, também, registrar, conforme já oportunamente se fez, na imprensa diária desta Capital, que o comunicado por este comando, na manhã de 28 de setembro, **de que pretendia, sem mais demora, propor armistício, não foi surpresa para essa autoridade.**

E sabem-no que alguns dias antes fizeram sentir ao Governo a necessidade de um armistício: o Dr. Pedro de Toledo, segundo me contou no meu Q.G., o Dr. Valdemar Ferreira — **que reconhecera a necessidade de propor um armistício para serem examinadas as condições de paz e que**

apenas aguardava o momento em que isso se tornasse inelutável, inadiável, para então dar esse passo sob a exclusiva responsabilidade sua, que lhe competia como comandante superior das Forças Constitucionalistas”.

### Proposta de armistício

Precisamente à uma hora do dia 29 de setembro, o general Klinger transmitiu o seguinte rádio ao chefe do Governo Provisório.

“Dr. Getúlio Vargas — Rio

— Com o fito de não causar à Nação mais sacrifícios de vida, nem mais danos materiais, o comandante das Forças Constitucionalistas propõe imediata suspensão das hostilidades em todas as frentes, a fim de serem assentadas as medidas para a cessação da luta armada. (a) General Klinger”.

### Propostas de acordo

Concomitantemente, tratava-se de um acordo com o adversário. A iniciativa, como é natural, partiria do general Klinger, que mandara dois emissários a Cruzeiro — o seu chefe do E.M., tenente-coronel Osvaldo Vilabela, e o major Ivo Borges, chefe das Unidades Aéreas.

Duras, porém, foram as condições impostas, tanto que, no dia seguinte, novamente os emissários tornavam a Cruzeiro, com uma contra-proposta do chefe constitucionalista. Até então a Força Pública não fora consultada, nem notificada da marcha das negociações.

Por essa ocasião, solicitei ao general Klinger fosse permitido à nossa milícia tomar parte no entendimento com o adversário, no que S.S.ª consentiu.

Era meu intento mandar um só representante, mas como dois fossem da Região, entendi mandá-los em igual número, na certeza de que melhor defenderiam os interesses em jogo.

Lá chegados, os quatro emissários — dois da Região, tenente-coronel Osvaldo Vilabela e tenente Correia Velho e tenentes-coronéis Otaviano Gonçalves da Silveira e Euclides M. Machado — o próprio general Góis Monteiro separou-os e com eles tratou separadamente do acordo, sem que as condições propostas a uns fossem conhecidas dos outros.

Apresentadas as bases aos nossos emissários, depois de demorada discussão, manifestam eles desejo de vir a São Paulo, para consulta, o que não lhes foi permitido, sob a alegação de que já se haviam perdido 48 horas, em prazo concedido ao tenente-coronel Vilabela, para idêntico fim.

À vista disso, e como urgia pôr-se cobro à luta, prestes a reiniciar-se, para evitar a todo o transe o adversário entrasse pelas armas em São

Paulo, para conter a avalanche dos nossos próprios soldados, que se desgarravam das frentes, tiroteando a esmo pelas estradas e pelas estações, in-submissos e opondo-se, tenazmente, à continuação das operações; enfim, como estivesse virtualmente fracassada essa segunda tentativa de acordo, proposta pelo general Klinger, resolveram os dois emissários da Força Pública assinar o pacto discutido e assente, e já do domínio público.

No dia seguinte, reunidos os oficiais presentes em São Paulo, no gabinete do comando geral, ambos os emissários expuseram longamente o resultado de sua missão, único compatível com o momento. Esclarecidos todos os pontos da **démarche**, obtiveram os enviados da Força aprovação unânime ao ato que haviam praticado.

### Conclusão

Não é necessário nada acrescentar a esta exposição sincera, franca, verdadeira, das razões que me levaram a adotar a atitude desassombrada que assumi. Não em proveito da Força Pública, mas em benefício do patrimônio paulista, que não deveria sofrer as conseqüências de uma invasão militar. Entre dois caminhos a seguir — ou resistir mais um ou dois dias e contemplar a debandada irrefreada das nossas tropas, a conseqüente perseguição do adversário e, como resultado, a invasão da Capital — ou firmar um acordo digno, e honroso —, a minha consciência impôs o segundo.

Não obstante, atiraram-me a pecha de traidor. Revido o insulto àqueles que pretendiam transformar São Paulo em nova Cartago: não deixar pedra sobre pedra, para que o vencedor colhesse nas cinzas de uma cidade o que já não era, os troféus da sua vitória: e colocar aos azares da guerra a **Família Paulista**, tudo para a satisfação de um orgulho desmedido, de uma teimosia incompreensível e de uma ambição sem par.

Serenamente aguardo o julgamento do povo de minha terra.

São Paulo, 8 de outubro de 1932.

(a) Herculano C. Silva — coronel.

\*

## MANIFESTO DOS POLÍTICOS RIO-GRANDENSES

### Ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação

Se há momentos na vida dos povos em que o verbo humano se faz carne, a nossa palavra, que daqui dirigimos ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação, sangra de dor e chora de desespero. Homens do Rio

Grande, portadores dos ideais dos seus partidos e garantes da sua lealdade na prédica cívica que antecedeu e seguiu o movimento de 3 de outubro, pesa-nos o dever indeclinável de trazer nosso depoimento ao tribunal da opinião pública, no processo político mais sensacional da nossa história.

Foi na terra que tem a lealdade por emblema e erige o cumprimento da palavra empenhada no mais elementar dos deveres de honra, foi no Rio Grande do Sul que o crime se consumou. O Rio Grande faltou à sua palavra. O Rio Grande conspirou com São Paulo, e o homem que o governa **pars maxima** na conspiração manejou de surpresa o punhal da ignomínia contra São Paulo. Poluiu-se a história da nossa terra. Rasgou-se a sua tradição. Afundaram-se na vergonha da deserção os seus compromissos de sangue.

Mas o desespero e a dor que vibram nas nossas palavra não lhe hão de falsear o acento da verdade. Devemos ao Rio Grande do Sul e devemos a São Paulo e à Nação um depoimento integral sobre os antecedentes do movimento revolucionário que, com o auxílio do movimento, porque o ditador não lhe concedeu a demissão solicitada.\*Se o Interventor confessa que distribuiu armas contra o Governo Provisório, ele mesmo proclama que seria, era e foi capaz de trair esse Governo. A alegação de que isso aconteceu antes de constituído o secretariado de São Paulo em nada lhe (...) a situação moral, pela simples razão de que o Sr. Flores da Cunha não era menos delegado da confiança do Governo Provisório no tempo em que confessa haver conspirado do que depois, quando tomou armas em defesa da ditadura.

Para a lógica personalíssima e, sob todos os aspectos, inédita do Interventor Federal conspirar contra o Governo Provisório em maio representava brasão de honra, de que se jacta; junho ou julho, labéu de vergonha com que nos procura esmagar.

Nenhuma inteligência de mediano equilíbrio deixará de proclamar, porém, que as circunstâncias de tempo, aleatórias, pela sua própria definição, não podem influir sobre os deveres da lealdade, que, ou são reconhecidos em absoluto, ou são rejeitados. A noção de uma lealdade relativa, variável no tempo, não existe nos códigos de ética política nem de moral primitiva. Admitindo que pudesse conspirar contra o Governo de que era e é delegado de confiança antes de constituído o secretariado paulista, mas alegando que já não o devesse depois, demonstra apenas que o Sr. Flores da Cunha nem foi leal com a ditadura, nem o foi com a conspiração. Primeiro, faltou ao Governo Provisório, depois faltou à Revolução.

### **Os compromissos do Sr. Flores da Cunha**

Mas, se reconhece e proclama que conspirou conosco, como e por que poderia o Interventor sentir-se injuriado pelo fato de suporem as

(\*) De acordo com o texto do documento.

nossas chefias partidárias que ele mantivesse os seus compromissos revolucionários, assumidos em excessiva abundância e perfeita espontaneidade de ânimo ? Quais os compromissos do Sr. Flores da Cunha com a Revolução ? Seriam limitados, também, e também condicionados à mutabilidade dos tempos, como os da sua propalada lealdade com a ditadura ou seriam, pelo contrário, amplos, completos, irrestritos e absolutos ? Esses compromissos, respondemos nós, por isso que se situavam na esfera dos compromissos de honra, eram absolutos.

Aceitando mesmo, para raciocinar, que os partidos políticos do Rio Grande do Sul houvessem errado ao pactuarem o seu apoio ao movimento revolucionário, o Sr. Flores da Cunha não encontraria, ainda assim, motivos de ordem moral para invalidá-lo. Tanto na reunião de Cachoeira, como, mais tarde, em conferência com o Dr. Borges de Medeiros, e em discursos e manifestações públicas que correram mundo e estão na memória de toda a gente, comprometera-se o Interventor a acompanhar o seu partido e a frente única em “qualquer hipótese”, ainda que “em erro estivessem” e mesmo no transe externo do sacrifício, que era a do “despenhadeiro”. Ora, pois, se a própria hipótese do erro político estava prevista e expressamente compreendida nos seus compromissos de honra, como pretende agora o Sr. Flores da Cunha sair pela escapatória de situar, em dois tempos, esses compromissos, por maneira idêntica à em que já colocara os seus deveres de lealdade com o Governo Provisório ?

### Deveres de honra

Tanto era exato que existiam esses deveres de honra com o Rio Grande, que o mesmo Interventor os confessou no seu pedido de demissão ao chefe do Governo Provisório: “Ante situação tormentosa acaba me ser criada e para manter intatos meus deveres de honra, deponho nas suas mãos cargo Interventor federal neste Estado”. Como entendia o Sr. Flores da Cunha que poderia “manter intatos esses confessados “deveres de honra” ? Não respondemos nós. Quem responde é o Sr. Flores da Cunha; abandonando o cargo que ocupava. Mas, se o cargo não foi abandonado, ficando o gesto apenas em ameaças de palavras ? Nesse caso é evidente que os deveres de honra não ficaram intatos: foram tangidos, amarrotados, atirados ao rol das cousas incômodas e inúteis. E porque isto aconteceu, outro não é, afinal, o motivo da questão de honra entre o Sr. Flores da Cunha e os partidos do Rio Grande do Sul, nesta hora de incomparável gravidade na história política do País.

Como se vê, neste processo, a prova contra o Sr. Flores da Cunha se faz com as suas próprias palavras. Para demonstrar que o seu manifesto, de fato, nem o defende nem nos acusa, mas apenas o acusa a si mesmo, nada mais seria necessário acrescentar. A verdade não se divorcia da ló-

gica, e a lógica, em todos os climas e em todas as longitudes, proclamará sempre que, neste processo sensacional em que a opinião proferirá seu *veredictum*, o maior, o mais terrível acusador do Sr. Flores da Cunha é o próprio Sr. Flores da Cunha.

### O primeiro conspirador

Vamos agora à segunda parte da questão, aquela em que o Interventor afirma que se retirou da conspiração depois de constituído o Governo paulista. A alegação é redondamente falsa.

Conveniente é dizer-se, aqui e agora, para que o País inteiro o saiba, que ninguém, no Rio Grande do Sul, conspirou contra o Governo Provisório antes que o Sr. Flores da Cunha. Que o ex-Ministro do Trabalho, o ex-chefe de polícia e o ex-consultor jurídico do Banco do Brasil, além dos outros rio-grandenses com eles solidários, abandonaram os cargos em perfeita concordância com o Sr. Flores da Cunha, que os aconselhara a só se manterem neles enquanto no Ministério da Justiça permanecesse o Sr. Maurício Cardoso, já é história sabida, publicamente contada e nunca desmentida. O que o País não sabia ainda é que, quando chegaram a Porto Alegre, na tarde de 4 de março, os demissionários ouviram do Interventor, mais que surpreendidos, pasmados, que ele, por si, julgava inevitável a revolução; que já assentara e pusera em prática diversas medidas de caráter militar e que só não tomara uma atitude francamente revolucionária ainda, porque, não só não contava para isso com o apoio do Sr. Borges de Medeiros, mas era cético quanto à concordância final do chefe do Partido Republicano. Quase simultaneamente com os demissionários, chegavam a Porto Alegre, como emissários de São Paulo, os Drs. Aureliano Leite e Abelardo Vergueiro César. Dirão eles, a qualquer momento, à fé das suas palavras, de quem ouviram promessas revolucionárias, se de nós, depois pelo Sr. Flores da Cunha acusados como instigadores do movimento, ou se do Sr. Flores da Cunha, representante do Governo provisório no Rio Grande do Sul.

Pouco depois, passava o Interventor das palavras à ação. Jactando-se, à revelia do general Andrade Neves, de contar com a totalidade da Região Militar, excetuadas as guarnições de Cachoeira e Caxias, que eram, segundo ele, as únicas tenentistas, chamava a palácio o Dr. Glicério Alves e o prefeito de Vacaria, coronel Otacílio Fernandes, aos quais mandou entregar pela Brigada Militar, copioso material bélico, encarregando-os de comandar a ação ofensiva contra as citadas guarnições.

O Sr. Flores da Cunha resolveu, positivamente, intranqüilizar o Rio Grande e alamar a Nação. Fez, com ruidoso estrépito, concentração de forças da Brigada em Santa Maria. Trens militares desciam das serras e atravessavam a campanha. E não satisfeito com isso, não se arreceou, em reunião solene dos chefes e líderes da frente única, de acusar o digno coro-

nel Claudino Nunes Pereira, então comandante-geral da Brigada Militar, de haver levado ao conhecimento do general Andrade Neves os aprestos guerreiros que, por ordem do Interventor, se estavam fazendo contra a ditadura.

### O Representante do Governo Provisório contra o Governo Provisório

Passaremos em silêncio outras providências de caráter estratégico e tático que o representante do Governo Provisório no Rio Grande do Sul tomava, no Rio Grande do Sul, contra o Governo Provisório. Vamos em linha reta, à afirmativa por ele feita de que a sua conspiração se limitou ao período anterior à constituição do secretariado paulista. Isto não é exato. Já estava constituído o secretariado de São Paulo ( 23 de maio ), já estávamos no mês de junho, quando o Sr. Flores da Cunha, recebendo a visita do Sr. Batista Luzardo, em palácio, disse-lhe que estivera aguardando seu regresso de Palmeira para pedir-lhe fosse a São Paulo, como elemento de ligação, a fim de indagar dos líderes paulistas, em definitivo, se queriam ou não fazer a revolução e deles saber com que elementos contavam para a vitória. Chegando a Porto Alegre na mesma ocasião, novo emissário de São Paulo, o Sr. Carlos Mendonça, a viagem do Sr. Batista Luzardo se tornou inútil. Mas, o mesmo Sr. Batista Luzardo recebeu, então, outra incumbência do Sr. Flores da Cunha: a de ir ao quartel-general da Região com o objetivo de solicitar o apoio do general Andrade Neves para a conspiração. O Sr. Batista Luzardo assim o fez, e ouviu do comandante da Região a sua não-conformidade com o plano sedicioso do Interventor federal. O emissário de São Paulo, então em Porto Alegre, levou de torna viagem o compromisso escrito do Sr. Flores da Cunha. Devemos confessar, em homenagem à verdade, que pequena não foi a nossa surpresa quando o Interventor encarregou o Dr. Raul Pila de hipotecar aos chefes de São Paulo o apoio expresso e irrestrito do Rio Grande do Sul em qualquer destas três hipóteses, nas quais “textualmente” se daria o **declanchement** :

1º) Afastamento do general Andrade Neves da Região Militar do Rio Grande do Sul ( isto, apesar de se haver o comandante da Região recusado terminantemente a tomar parte na conspiração ).

2º) Afastamento do general Klinger da Circunscrição Militar de Mato Grosso; e

3º) Modificação do secretariado paulista.

Este compromisso está escrito e o Sr. Flores da Cunha o confessa.

### As manifestações revolucionárias do Sr. Flores da Cunha no Rio

Muitos dias não eram passados e já se tornava francamente insustentável a continuação do general Andrade Neves à frente da Região Mi-

litar. Em vez do **declanchement**, o Sr. Flores preferiu dizer que faria nova viagem ao Rio de Janeiro, a fim de ver se demovia o ditador de tornar efetiva a demissão do general. Viu-se depois que a razão invocada não passara de engenhoso pretexto. Na verdade, o Interventor acudia a um apelo do ditador, que necessitava de sua presença no Rio para criar o ambiente de confusão propício ao recuo, já então por ele assentado, nas negociações em torno do ministério de concentração nacional.

Voltemos, porém, ao **declanchement**.

Não o promovendo na oportunidade da demissão do general Andrade Neves, indiscutível é que o Interventor faltava à palavra empenhada. Mas faltoso, já então, ao cumprimento do pacto estabelecido com o Governo de São Paulo e o comando militar da Circunscrição de Mato Grosso, recuava ele franca e desassombadamente dos seus compromissos anteriores? Não. Bem ao contrário. Ainda no Rio de Janeiro, dava ao líder da frente única, Sr. João Neves da Fontoura, circunstanciadas notícias da mobilização que já havia feito no Estado contra o Governo Provisório, acrescentando que mantinha à sua disposição, em Porto Alegre, um aeroplano que o deveria levar para Santa Maria, onde ao primeiro grito, assumiria o comando das tropas rio-grandenses depois de haver abandonado a Interventoria. Assim falava o Interventor ao nosso representante no Rio de Janeiro. Mas, não apenas na intimidade com os seus companheiros rio-grandenses assumia ele tão graves obrigações.

Poderíamos, ainda aqui, invocar o testemunho dos líderes de Minas, que ouviram do Sr. Flores da Cunha, por essa mesma ocasião, num almoço político, as mais francas e inequívocas manifestações em favor da ação revolucionária.

Por tão ostensivas maneiras e palavras se comprometia o Interventor com a revolução, durante a sua penúltima estada na Capital da República. Mas ao mesmo tempo que falava assim, falava em outro tom, muito diferente, à ditadura, com a qual se comprometia, em princípio e à revelia da frente única, a aceitar a pasta da Justiça. De tal modo era alarmante a sua dúplice atitude, que ela se fez motivo de uma conferência, no Irapua-zinho, entre os Srs. Borges de Medeiros, Raul Pila e Sinval Saldanha. Do então resolvido foram enviadas claras e preciosas instruções ao Sr. João Neves da Fontoura, das quais se fez portador o Sr. João Carlos Machado, bem como de um apelo da frente única ao Sr. Flores da Cunha, para que não abandonasse o Rio Grande do Sul na hora da luta, que se avizinhava.

Depõe o Sr. João Neves perante a Nação que, encontrando-se com o Sr. João Carlos Machado, na presença do Sr. Flores da Cunha, daquele ouviu que lhe trazia "instruções definitivas" da frente única rio-grandense a qual já não mais transigiria com as manobras protelatórias da ditadura. Em linguagem veemente, concitou o então diretor da **Federação**

ao Sr. Flores da Cunha para que se colocasse, de maneira decisiva, ao lado dos imperativos políticos do Rio Grande do Sul. Naquela mesma oportunidade declarava ainda o Sr. João Carlos Machado ao Sr. João Neves — e era literalmente exato — que lhe levara ordens terminantes da frente única, em virtude das quais ficava o líder rio-grandense investido dos poderes de ser o juiz da hora em que o Rio Grande se deveria alçar, de armas nas mãos, contra a ditadura, acrescentando que, se São Paulo não iniciasse o movimento, o Rio Grande por si só o faria.

O Sr. Flores da Cunha ouviu, de tudo se deu por inteirado e não protestou.

É necessário acrescentar aqui que os demissionários tantas vezes acusados de extremistas pelo Sr. Flores da Cunha, outra coisa não faziam, em perfeita concordância com a chefia dos partidos, senão propugnar uma linha franca, leal, desassombrada e segura dos partidos em relação ao Governo Provisório. Por que haviam eles abandonado os postos? Por questões de ordem pessoal ou por motivos de caráter político? Responderam os partidos: a causa das demissões foi política, e a frente única é solidária com os demissionários, aos quais não dará substitutos no seio do Governo Provisório. Esta e não outra foi, apesar de todas as tergiversações do Sr. Flores da Cunha, o traço de definição dos partidos do Rio Grande do Sul em face da ditadura. Essa linha de conduta só poderia ser alterada no momento em que o Governo Provisório modificasse os seus rumos políticos, francamente extremistas. O Sr. João Neves da Fontoura, com a plena e irrestrita solidariedade das chefias partidárias e dos seus companheiros de ação mais imediata, e vendo e sentindo inevitável o movimento armado que o patriotismo de todos nós desejava afastado dos horizontes políticos do Brasil, fez, na verdade, quanto era humanamente possível para a constituição de um governo de concentração nacional, no qual o Rio Grande do Sul pudesse voltar a colaborar. O candidato de todos nós para essa colaboração outro não era senão o Sr. Flores da Cunha, a começar pelo Sr. João Neves, que fora convidado pelo Sr. Getúlio Vargas para ocupar essa pasta, num momento em que o ditador ainda aparentava sinceridade de propósitos em relação à fórmula “concentrista”.

Nas mãos do Sr. Getúlio Vargas naufragaram, porém, todas as nossas honestas tentativas para a constituição de um ministério de concentração nacional. Ainda assim, num extremo de transigência, o Sr. Lindolfo Collor propôs ao exame dos chefes e dos líderes uma fórmula de conciliação, de acordo com a qual o Sr. Flores da Cunha poderia ocupar o Ministério da Justiça, mesmo não se tendo levado a efeito a constituição do gabinete nacional. Apenas, como era óbvio, a presença do Sr. Flores da Cunha no Governo Federal, nessas condições, não implicava a solidariedade dos partidos expressa *a priori*: representava, porém, um esforço de boa vontade e traduziria a esperança dos partidos para que o futuro Ministro

da Justiça pudesse encaminhar a pacificação dos espíritos por meio de uma política liberal e equânime, pela qual clamavam todos os setores da opinião pública.

Essa fórmula não vingou porque os chefes dos partidos, em perfeita concordância com os líderes e com o próprio Sr. Flores da Cunha, preferiram outra mais radical, de definitivo rompimento das negociações e da volta ao **statu-quo-ante**, que era pura e simples a do heptálogo de Porto Alegre, completado pela declaratória de Cachoeira.

A partir desse momento, rotas definitivamente as relações políticas entre o Rio Grande do Sul e a ditadura, e tomado na devida atenção o estado dos ânimos em São Paulo e na Capital Federal, era mais do que evidente, aos olhos de todo o mundo, que nos aproximávamos ou de um desfecho violento, ou da capitulação dos partidos. Nessa altura dos acontecimentos, tentou o Sr. Flores da Cunha um golpe sensacional contra o prestígio da frente única. Para responder a uma pergunta do ditador, pretendia ele, segundo afirmou ao então Secretário do Interior, Sr. Sinval Saldanha, hipotecar-lhe a solidariedade do Rio Grande do Sul. Lembrou-lhe o Sr. Sinval Saldanha que não estava nas atribuições do Interventor Federal hipotecar a ninguém a solidariedade do Rio Grande, pois que esta só poderia ser dada ou negada pelos órgãos partidários competentes. Convencido desta verdade elementar, replicou-lhe o Interventor que, isso não obstante, manteria a ordem no Estado, proposição com a qual concordou inteiramente o referido Secretário, autor da resposta ao despacho em questão.

Mas — cumpre perguntar agora — onde já vira o Interventor a preocupação de quem quer que fosse de alterar a ordem no Rio Grande ? A verdade meridiana é que ninguém absolutamente pensara jamais, antes do levante paulista, em tramar contra a ordem pública no Estado. Nenhum dos líderes da frente única, feita exceção do Sr. Batista Luzardo que o fizera com o general Andrade Neves, a mando do Sr. Flores da Cunha, nenhum dos líderes da frente única, repetimos, se avistara, até então, com qualquer elemento da guarnição federal ou da Brigada para conspirar. A nossa conspiração, por isto mesmo que era feita de acordo com o Interventor, não poderia ser dirigida contra a ordem no Estado. Esta nunca fora ameaçada por ninguém. A ameaça que existia não era contra o governo do Estado, mas contra o da República. Que espécie de conspiração seria a nossa dirigida contra a ordem pública no Rio Grande, se, deflagrada a revolução em São Paulo, não tínhamos feito nenhuma articulação revolucionária no Estado, mas só contávamos, em favor da nossa causa, com a satisfação dos compromissos de honra assumidos pelo Interventor ?

## A Missão Celidônio Filho

Tangencia, também, o Sr. Flores da Cunha a verdade dos fatos no tocante à missão do Sr. Celidônio Filho. Não é exato como afirmou, que os Srs. Raul Pila, Lindolfo Collor e Batista Luzardo hipotecassem a São Paulo o apoio do Rio Grande do Sul, no sentido de que não foram apenas eles que o fizeram. O Sr. Celidônio Filho trouxera de São Paulo missão de máxima gravidade, e que pode ser assim resumida: "A situação do governo paulista é insustentável no **statu quo** atual. Ou ele dará seu apoio expresso à ditadura, aceitando uma pasta no ministério, mesmo agora, depois de rotas as negociações para a constituição de um gabinete de concentração nacional, ou terá de resolver-se definitivamente pela revolução. O prolongamento do **statu quo** atual permitirá a infiltração da guarnição de São Paulo por elementos extremistas e, dentro em breve, assistiremos à deposição do Governo. A frente única de São Paulo quer manter os seus compromissos com a frente única do Rio Grande do Sul. Seja, pois, a frente única do Rio Grande do Sul árbitro da situação".

O ponto de vista de São Paulo, assim fielmente resumido, foi presente ao chefe do Partido Republicano, no Irapuazinho, por intermédio do Sr. Batista Luzardo, que lhe entregou ao cuidadoso e ponderado exame, toda a correspondência do Partido Republicano. Foi claro e categórico: "O Rio Grande do Sul, em qualquer hipótese, manterá os seus compromissos com São Paulo. Mas, para conjurar a passageira dificuldade interna do seu Governo ( demissão do Secretário do Interior ), o Rio Grande pede a São Paulo um prazo de quinze dias, necessário ao chefe do Partido Republicano para constatar os efeitos dessa crise.

### O instante decisivo

Precipitaram-se, logo depois, os acontecimentos. Com enorme surpresa nossa, menos de uma semana após, na tarde de 9 de julho, recebíamos de São Paulo a comunicação de que não era possível retardar o movimento, que estalaria na madrugada do dia seguinte. Que fazer ? O que só competia aos signatários presentes em Porto Alegre era comunicar o fato ao Interventor e pedir a ida imediata do Sr. Borges de Medeiros à Capital, para que, também ele, se entendesse com o Sr. Flores da Cunha. Encarregado da missão, junto ao Interventor, foi o Sr. Raul Pila, presidente do diretório central do Partido Libertador. Tendo este feito sentir a gravidade da situação com a demissão do general Klinger em face dos compromissos existentes, o Interventor procurou tranquilizá-lo, declarando o incidente encerrado com a suposta submissão do general demitido. Mas, o Sr. Raul Pila, na sua resposta, foi bastante claro, para que o Interventor entendesse que a irrupção imediata do movimento era inevitável.

Impossibilitada a presença pessoal do chefe do Partido Republicano em Porto Alegre antes da deflagração da revolução, enviou S. Exa. ao Interventor o apelo já conhecido do público e que é um dos mais altos padrões de lealdade e dignidade cívicas, que há de honrar para sempre a história política do Rio Grande do Sul.

Evoca o Sr. Borges de Medeiros, nesse apelo, os “nossos compromissos de honra”, isto é, os compromissos que tanto eram do partido quanto do Interventor, e concita-o a tomar “a única atitude compatível com o seu passado de homem público”. Nesse momento dramático defrontam-se perante a história dois homens públicos do Rio Grande do Sul: o Sr. Borges de Medeiros e o Sr. Flores da Cunha. Em linguagem que mal lhe disfarça a angústia de que já sente preso o seu espírito, lembra ao outro os compromissos de honra, a cuja satisfação ambos se devem sentir obrigados, sob pena de renunciar o faltoso ao seu passado de lealdade política. O outro que responderá? O instante é de uma dramaticidade sem igual. O que está em jogo é a honra do Rio Grande. Não apenas a nossa, mas as gerações futuras vão julgar esse homem, vão sentir-se honradas por ele, ou por ele rebaixadas à sorte ignominiosa de descendentes de um povo sem palavra. O outro que responderá? O Rio Grande inteiro está com os olhos fitos na sua figura, sempre considerada como galhardo paladino das aspirações do nosso povo. Será possível que ele esqueça os compromissos do seu partido e dos seus adversários de ontem, que hoje comungam com ele nos mesmos ideais de reintegrar o País nos quadros da lei? O instante é decisivo. O Rio Grande conhecerá o dia maior da sua história, as legendas mais fulgurantes da nossa raça empalidecerão ao lado da época cívica que se vai viver nas cidades e nas coxilhas, na hora em que o povo souber que a palavra empenhada será cumprida. Mas, se assim não for, se o Rio Grande trair a fé jurada e faltar a São Paulo no momento supremo, que será feito desse povo de heróis, que estima a dignidade dos compromissos em mais do que a própria vida? A noite avança incerta e cheia de maus presságios. E antes que a madrugada raiasse e o galo cantasse três vezes, já três vezes havia o Sr. Flores da Cunha abandonado o mestre.

— Quem é este homem? Creio que ele faz parte do séquito dos que acompanhavam o nazareno...

O apóstolo perjuro responde:

— Eu nada tenho de comum com Jesus de Nazaré.

No relato dos Evangelhos, o discípulo apenas negou o Mestre.

Na história contemporânea, além de negá-lo, o discípulo movimentou contra o amado chefe a sua guarda pretoriana, aprisionou-o, procurou cobri-lo de todas as humilhações e entrega-o, ele próprio, às mãos dos seus algozes. Na história dos nossos dias, o Sr. Flores da Cunha amplia a lição dolorosa dos Evangelhos, que com esta profecia se completa:

— Sempre haverá escândalos no mundo, mas ai daqueles que se fazem culpados dos escândalos !

### A grandeza cívica de São Paulo

Devemos agora algumas palavras aos nossos heróicos, abnegados e martirizados companheiros de São Paulo, o que significa a totalidade do grande e maravilhoso Estado, glória não apenas do Brasil, mas da América. São Paulo espezinhado pela ditadura, terra conquistada, *res nullius* da nova República, São Paulo salvou os brios do Brasil. Um povo que possui as reservas de energias morais como os com que São Paulo surpreendeu o mundo não pode temer pelo seu futuro. Ninguém subjuga um povo que tenha consciência do seu valor e, sobretudo, dos seus direitos. Choramos como rio-grandenses, lágrimas de sangue, pela fatalidade que fez São Paulo vítima, duas vezes, de homens do Rio Grande do Sul: vítima primeiro, durante a ocupação militar da ditadura, e vítima depois, pelo abandono em que o Sr. Flores da Cunha deixou os compromissos dos seus partidos. Mas, rio-grandenses que prezam as suas palavras e dos quais nunca se disse que fossem homens de duas atitudes podemos afirmar a São Paulo que o Rio Grande do Sul inteiro é mais solidário com ele nos dias trágicos de agora do que em qualquer outro momento deste período angustioso da história. São Paulo é hoje, para todo rio-grandense, um símbolo de dignidade coletiva. Porque o Rio Grande, pela falta de um homem, tem culpa na desgraça de São Paulo, pode São Paulo confiar em que o Rio Grande, sob pena de se degradar para sempre no conceito do mundo, encontrará a maneira de com ele saldar a sua dívida de honra.

### A situação do Rio Grande

Só mesmo o golpe de surpresa tornou possível o espetáculo da agressão de São Paulo pelas costas. Nunca o Rio Grande do Sul viveu horas longinquamente comparáveis à completa sonegação, pela força bruta, dos direitos mais elementares e sagrados em que a capacidade policial do Sr. Flores da Cunha conseguiu exceder-se a si mesma. Não se poderia negar que ele fez jus à imperecível gratidão da ditadura. Revolucionário que sairia a campo para defender as liberdades públicas confiscadas no Brasil, realizou no Rio Grande do Sul uma obra de compressão policial e militar, como nunca conheceu nenhuma das mais lamentáveis republiquetas do continente. A liberdade de opinião foi suprimida por completo. Apenas os jornais francamente aditos à Interventoria, que são os da propriedade pessoal do Interventor, podiam manifestar-se livremente, para elogiar a atitude do Interventor. Toda notícia referente à revolução era sistematicamente impedida de circular. As mentiras mais audaciosas eram apresentadas ao público, diariamente, como fatos já ocorridos. Encheram-se as prisões de cente-

nas e centenas de políticos. Praticamente, todo rio-grandense capaz de agir estava de sentinela à vista. Nunca a espionagem, a delação, a traição, nunca todas as formas inferiores e repugnantes da ação policial tiveram tanta voga no Rio Grande do Sul, como durante os inenarráveis dias da sua ocupação militar pelo Sr. Flores da Cunha.

É preciso que São Paulo saiba que os primeiros batalhões da heróica Brigada Militar do Rio Grande do Sul seguiram para Itararé, sem saber ao que iam. Só depois de entrados em fogo, tiveram alguns comandantes conhecimento de que a atitude do Sr. Flores dá Cunha fora tomada à revelia da frente única.

Lutando, como lutávamos, com a mais completa falta de material bélico, dificultados senão impossibilitados de ligações entre os diversos núcleos de ação militar, nenhuma das nossas tentativas de levantar o êxito que fora de esperar, dada a perfeita unanimidade de opinião existente no Rio Grande contra a ditadura e a atitude do Interventor.

Força é confessar, porém, que os partidos políticos do Rio Grande do Sul cumpriram o seu dever. Não houve perigo que os chefes e os líderes partidários não afrontassem. A sua solidariedade com os companheiros paulistas não foi platônica. Não tendo podido mandar tropas a favor de São Paulo, os nossos levantes locais impediram, entretanto, que o agente da ditadura continuasse a despejar forças contra os nossos heróicos e abnegados companheiros.

De uma única culpa nos poderiam acusar, com razão, os bravos revolucionários paulistas: do nosso excesso de confiança na lealdade do Sr. Flores da Cunha. Mas, mesmo nesse particular, é preciso não esquecer que nem a mais monstruosa das conjecturas autorizava a previsão de que aquele rio-grandense faltasse, por tal maneira, à fé de todos os seus compromissos.

Não voltaremos a referir-nos aqui às responsabilidades diretas, imediatas, indesmentidas e indesmentíveis do Sr. Flores da Cunha na conspiração. Isso já foi objeto do nosso exame. Queremos apenas, para que se nos atenuem o pecado dessa confiança mal merecida, lembrar aos nossos aliados de São Paulo as reiteradas declarações do Sr. Flores da Cunha de que, em nenhuma hipótese, governaria o Rio Grande sem o apoio da frente única.

Como, pois, sem a mais grave das injúrias, admitir que ele viesse a governá-lo já não apenas sem o apoio, mas contra a própria frente única, e com a agravante de o fazer pela violência das metralhadoras e pela insídia das delações?

O Sr. Flores da Cunha nunca teve ânimo para romper com a frente única, antes de deflagrado o movimento. É que o Interventor conhece bastante o seu Estado para saber que o rompimento, em plena paz, com os partidos políticos, significaria singelamente a impossibilidade do

seu Governo. Dava o seu recurso de apegar-se à ditadura sem romper com os partidos.

### Os dias que não de vir

Contra a opinião pública de São Paulo, de Minas Gerais, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, do Nordeste sofredor, da Amazônia esquecida, da Bahia conquistada, do Norte, do Sul, do Centro do País, que poderá a ditadura ?

Duas hipóteses enfrenta, nesta hora, o espírito civil da Nação: ou os provisórios detentores do poder querem, realmente, apaziguar os ânimos e pensam permitir um pleito honesto e livre, e, nesse caso, a vitória do Brasil surgirá, indiscutível, das urnas; ou eles continuarão a exaurir-se na política anarquizadora das tergiversações, da falta de franqueza e da ausência de rumos construtores e, nessa conjuntura, a ninguém será dado prever os trágicos dias de amanhã.

Seja, pois, como for, o futuro do Brasil não depende de nós, mas do Governo Provisório. Se ele quiser, souber e puder iniciar uma nova era de paz e de confraternização dos espíritos, que o faça, na prévia certeza de que os partidos do Rio Grande do Sul não pouparão esforços no sentido de secundar tão patriótica resolução. A paz do Brasil não admite, mas exclui liminarmente toda e qualquer idéia de vindita política. Com o critério de vencedores que impõem penas ou distribuem clemência aos vencidos, os que têm momentaneamente as responsabilidades do poder em nosso País nada mais lograrão do que cavar mais fundo ainda o abismo aberto entre a ditadura e a confiança popular.

Resolva, pois, a ditadura sobre quais os rumos que pretende dar aos acontecimentos políticos no Brasil. Quanto a nós, só podemos dizer à Nação, e o fazemos na mais completa certeza de que falamos em nome da consciência cívica da nossa terra, que os partidos do Rio Grande do Sul não enrolam as insígnias do combate constitucionalista. A Revolução Brasileira está nos espíritos, não apenas nas armas. As armas se abatem ou se levantam, de acordo com as possibilidades do momento. Tanto podem ser instrumentos de redenção, quanto de escravização das consciências. Mas a sua vitória só é definitiva quando interpreta a vontade do povo.

A consciência moral e cívica do Rio Grande do Sul, solidária com São Paulo nos dias inesquecíveis do seu glorioso sacrifício, não desertará o campo da luta em prol da constitucionalização do País, da dignificação dos nossos costumes políticos e da retificação dos rumos do movimento de 3 de outubro.

O Rio Grande do Sul permanecerá no seu posto de honra. Todos quantos ainda não desceram do futuro do Brasil encontrarão nele o

ponto de resistência contra o espírito ditatorial, que procura sobrepor-se à vontade da Nação, em cujo nome foi feita a Revolução Brasileira. Só quando a Nação dispuser livremente dos seus destinos poderá a paz da dignidade descer sobre ela. Antes disso, a ditadura logrará, quando muito, armistícios impostos pela força.

Levantemos à altura da Pátria unida e imortal os nossos pensamentos. Ela tudo merece de nós. Mesmo o pão do exílio e o pó das terras alheias recebem as nossas bênçãos, por amor do Brasil. A Pátria Brasileira tem o direito de exigir de nós todos os sacrifícios. Sejam eles quais forem, hemos de suportá-los com tranqüilidade de espírito. E quaisquer que forem as exigências da luta, o Brasil nos encontrará a postos, certos de que as nossas vidas nada valem em comparação com a dignidade do povo, pela qual nos levantamos em armas.

Buenos Aires, 15 de outubro de 1932.

(a) Raul Pila  
João Neves  
Batista Luzardo  
Lindolfo Collor

\*